

EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: FRAGILIDADES E DESAFIOS

Roseane Fernandes Feitosa

Graduanda do 9º semestre de Pedagogia da UECE/FECLI

E-mail: roseanefernandes03@gmail.com

Afrânio Vieira Ferreira

Graduando do 9º semestre de Pedagogia da UECE/FECLI

E-mail: afranio1930@gmail.com

Elizabete da Silva Oliveira

Graduanda do 9º semestre de Pedagogia da UECE/FECLI

E-mail: elizabetesilva038@gmail.com

Giovana Maria Belém Falcão

Professora do curso de Pedagogia da UECE/FECLI

E-mail: giovana.falcao@uece.br

RESUMO

O ensino brasileiro, atualmente, no que se trata sobre os diversos níveis de ensino, passa por um processo de adequação para atender às necessidades de um novo público, o de alunos com necessidades especiais. Esse assunto é mais debatido no que se refere à educação inclusiva nas séries iniciais, porém há sempre novos fatos a serem elucidados. Neste ensaio abordaremos os tipos de deficiência mais comuns no ambiente escolar, tratando-se de crianças, bem como questões relacionadas à formação docente para o trabalho com esse público, discutindo aspectos fundamentais do processo inclusivo no âmbito das séries iniciais. Assim, o presente trabalho objetiva destacar os principais pontos acerca da questão inclusiva, identificando os desafios e dificuldades enfrentados pelos alunos e pelas escolas que, na maioria das vezes, precisam se adequar para receber os mesmos. Apesar dos inúmeros obstáculos encontrados nessa área, podemos perceber que alguns pontos avançaram, entretanto ainda há muito a se evoluir, considerando que muitos dos problemas não estão apenas relacionados à estrutura física das instituições, vista que abrange outras esferas como a falta de professores capacitados para lidar com a perspectiva de uma educação inclusiva. Diante do exposto, concluímos que embora exista uma preocupação quanto à acessibilidade e a qualidade do ensino inclusivo, nem todas as instituições estão equipadas adequadamente, e faltam profissionais aptos para atenderem a demanda de seus alunos. Não negando o avanço na inclusão, mas, há uma distância entre lei e prática.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Tipos de deficiência. Ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A história das pessoas com deficiência é marcada pela exclusão, segregação e apenas muito recente fala-se na inclusão dessas pessoas em todos os espaços sociais, sendo a escola um deles.

No Brasil, é somente no século XIX que se inicia a preocupação com a escolarização das pessoas com deficiência. De acordo com Montoan (1997), inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram organizadas ações isoladas e

particulares para atender as pessoas com deficiência, sendo fundado neste período o Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, em 1854. E em 1857 D. Pedro II criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos.

Em 1957 a educação especial é assumida pelo poder público, com a criação das “Campanhas”. A primeira campanha organizada foi a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), seguida da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão, em 1958 e da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais em 1960.

A necessidade de mais escolarização para todos é uma realidade a nível mundial, no entanto, para as pessoas com deficiência restava uma educação apartada dos demais, era preciso que estes se preparassem para agir de acordo com a normalidade. Sendo assim, o caráter assistencialista, segregacionista e filantrópico predominou por muito tempo no que se refere à educação para as pessoas com deficiência e a presença da iniciativa privada ganha destaque na história da educação especial no Brasil. Para Jannuzzi (1990) há uma certa ambiguidade no que se refere a definição de políticas de educação especial no Brasil, pois estas pendem ora para o poder público, ora para o privado.

A Lei 4.024/1961 previa o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, deixando margem para a iniciativa privada se ocupar dessa modalidade de ensino.

Em 1971 a Lei 5.692 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 e definiu “tratamento especial” para alunos com deficiências físicas e mentais que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula. A lei, no entanto, não previa um sistema de ensino que atendesse a essa clientela e também acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), mas continua a ideia de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência.

A Constituição Federal (CF) de 1988 define a educação como direito de todos e dever do Estado e em seu Artigo 208, prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Nos anos 1990 o movimento mundial pela educação para todos ganha forças e movimentos como a Conferência Mundial da Criança (1988), que culminou com a

Declaração de Jomtien (1990), na Tailândia, a Declaração de Salamanca (1994), dentre outros auxiliaram o Brasil na construção de políticas voltadas a educação inclusiva.

A LBD de 1996 prevê a educação das pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino”. E é a partir desse documento que cresce a matrícula desses alunos no ensino regular.

Em 2001 o Plano Nacional de Educação, destaca que: “[...] o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.”

Em 2008 o Decreto nº 6.571, de 18/09/2008 regulamenta as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. E no mesmo ano é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda no início deste século foi sancionada a lei nº 10436 que regulariza a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na grade curricular dos cursos de nível superior, nas modalidades de licenciatura. Atualmente, a maioria desses cursos apresentam a disciplina referente a Libras para seus formandos.

Isso permitiu que à educação inclusiva tivesse um avanço considerável no que diz respeito ao público surdo. Na visão de Nascimento e Bezerra (2014, p. 45): “A realidade atual da educação de surdos no Brasil configura-se de maneira relativamente satisfatória, do ponto de vista diacrônico, em relação aos processos já vivenciados na história”. Porém, vale salientar que as dificuldades dos cursos de graduação para a oferta dessa disciplina são enormes e além disso, a oferta da mesma não garantirá a sua qualidade.

Apesar das conquistas obtidas nos últimos anos, seja por políticas públicas ou pela iniciativa privada, podemos perceber que temos muito a avançar no que se refere a educação dos alunos com deficiência, pois esses alunos nem sempre têm seus direitos plenamente assegurados. As questões podem se iniciar dentro do próprio ambiente familiar, quando a família dificulta o acesso da criança à escola. Nas instituições de ensino outras questões se fazem presentes, como as dificuldades na formação de professores e até mesmo no que se refere a estrutura física ou de material pedagógico, que não consideram as necessidades de cada educando. Consoante, Silva (2011, p. 17): “O processo de mudança que passa o sistema educacional, onde o objetivo é à inclusão, à formação dos professores tem sido apontada como um dos principais elementos, no sentido de assegurar a esses alunos um ensino de qualidade”.

Assim, compreendendo um pouco da história da educação especial em nosso país, e sabendo que a mesma passou por um processo gradativo de evolução, ressaltamos a relevância desse estudo que se propõe a refletir sobre como a educação especial vem se efetivando no Brasil, suas fragilidades e os desafios ainda presentes nessa modalidade de ensino, dando destaque para as problemáticas na formação docente. Apresentamos a seguir o caminho metodológico, em seguida discorreremos sobre algumas problemáticas vivenciadas na efetivação da educação inclusiva e por fim apresentamos algumas considerações finais.

O presente trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório que se caracteriza como “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158). Esta composição tem por base a leitura e análise de diferentes artigos e livros selecionados de acordo com a temática proposta.

Inicialmente foram lidos 4 artigos dos quais foram excluídos 2 e, conseqüentemente, utilizados 2, uma monografia de especialização, bem como a análise de dois livros foram feitas para compor o corpo deste ensaio. O período de pesquisa e redação do mesmo se deu entre o mês de janeiro e fevereiro do presente ano.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao longo dos anos o modo como nos referimos às pessoas com deficiência foi sofrendo transformações. Muitas foram as denominações atribuídas a essas pessoas: anormais, excepcionais, deficientes, portadores de deficiência e mais recentemente pessoas com deficiência. Tais termos carregam a marca de um tempo de um contexto histórico, político e social e muito influenciam no modo em que vemos e nos relacionamos com essas pessoas, contribuindo ainda hoje para a estigmatização e segregação desse público.

Nesse sentido Castanho e Freitas (2006, p. 95) afirmam que:

A nossa sociedade definiu normas e padrões para todos os homens, e as pessoas com necessidades educacionais especiais frente a esta realidade, é discriminada e estigmatizada, havendo nos nossos dias ainda dificuldade de aceitação do diferente tanto na família como no meio social.

É importante refletir sobre nossos preconceitos e estereótipos considerando que a escola tem papel importante na eliminação de certas expressões que não cabem

mais dentro do contexto social que vivemos, termos estes que causam, na maioria das vezes, um mal-estar no público de educação inclusiva.

Partindo dessa perspectiva, entendemos que a formação docente precisa considerar todos os alunos indiscriminadamente, incluindo nesse contexto os alunos com deficiência, que precisam ser pensados em sua inteireza, entendendo a exclusão a que foram submetidos, mas pensando na educação de qualidade como um direito de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p. 18).

No entanto, nem sempre os professores têm assegurados essa condição. O que presenciamos atualmente, dentro da educação no contexto de práticas inclusivas, é uma carência notória no que diz respeito à formação acadêmica dos profissionais que atuam diretamente na sala de aula. A defasagem desses educadores se origina nas suas licenciaturas, pois, os cursos de formação inicial oferecem poucas disciplinas que contemplam a inclusão, contribuindo para as dificuldades do professor na educação das pessoas com deficiência. Além disso, é preciso que todas as disciplinas considerem que os alunos são diferentes e que a educação não seja pensada apenas para aqueles que aprendem sem nenhuma dificuldade. Assim, disciplinas das áreas de didática, psicologia dentre outras, precisam levar em conta todos os alunos, incluindo os alunos com deficiência.

Torna-se difícil exigir esses conhecimentos dos educadores, e estes se dizem despreparados quando recebem em suas salas de aula alunos com necessidades educacionais especiais, evidenciando assim, as fragilidades na formação dos professores.

Também na formação continuada pouco se investe na educação para a pessoa com deficiência. Na maioria das vezes, os próprios professores, de acordo com sua necessidade buscam cursos isolados, sem um envolvimento maior da escola. De acordo com Bueno (1999) o pouco investimento na formação docente para o atendimento do

aluno com deficiência, torna a educação inclusiva um discurso ilusório, mascarado pelo aumento do número de matrículas dos alunos com deficiência no ensino regular, negligenciando o atendimento de qualidade, de adequação da instituição escolar à especificidade de cada sujeito, acarretando assim, a segregação deste alunado, desconsiderando a importância da permanência e desenvolvimento de todos os alunos.

Cada uma das deficiências precisa ser considerada em suas especificidades e os professores precisam ter conhecimentos específicos para lidar com as diversas deficiências. Não se pode deixar de mencionar a necessidade de estrutura física e de material para cada necessidade.

No caso do aluno cego, as dificuldades se iniciam antes mesmo do (a) estudante chegar à escola, pois o fato de não enxergar ou possuir uma capacidade reduzida de visão faz com que gere uma certa dependência conforme a distância entre a residência e a instituição. Chegando à escola surgem novos desafios, haja vista que a mesma poderá possuir uma estrutura que não facilite a locomoção do aluno e aumente a probabilidade de acidentes. Escadas ou até um simples relevo são fortes contribuintes para gerar um incidente. Não havendo materiais de estudo e pesquisa em braile ou um espaço com mecanismos reservados que desenvolva as potencialidades desse aluno é outro fator que gera exclusão do estudante com deficiência visual.

Para o aluno com deficiência intelectual, os principais fatores que geram exclusão estão intimamente ligados à formação do professor e à maneira pela qual o mesmo irá agir no dia a dia em sala de aula. Sabemos que alunos com esse tipo de deficiência irá requerer ainda mais atenção e a maneira de como essa atenção será dosada influenciará o desenvolvimento de toda a turma. Há casos que na presença de um segundo professor em sala, este dê atenção apenas para o aluno com deficiência enquanto o primeiro se atém ao restante da classe, o que caracteriza uma segregação por parte dos professores que pode contagiar o restante da turma. As salas de AEE, local onde há materiais a serem trabalhados com esses alunos, visa o desenvolvimento dos mesmos e deve acontecer no contra turno. É necessário que o aluno com deficiência intelectual participe das atividades com os demais alunos.

Dentre os tipos de limitações físicas as mais comuns estão relacionadas aos membros inferiores e à consequente restrição que ocasiona, principalmente relacionado à aspectos de locomoção. Assim como a deficiência visual, a deficiência física causa uma considerável dependência para com as pessoas mais próximas a esse indivíduo.

Para atender da melhor forma uma pessoa com esse tipo de limitação se faz necessário uma série de adaptações nos ambientes em que ela convive e na escola não é diferente.

O direito à acessibilidade é garantido por lei, porém nós ainda carregamos uma herança de estruturas antigas que não são adequadas aos padrões exigidos atualmente. Uma instituição deve possuir rampas, banheiros adaptados dentre outros mecanismos, é algo primário na sociedade em que vivemos. No dia a dia nós já temos um espaço que exclui automaticamente quem possui limitações, pois nossas cidades possuem calçadas altas, portas estreitas etc. Há de ser feita também uma reforma no senso de respeito de boa parte da população, pois é constante vermos casos de desrespeito em nossa sociedade.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva, exige-se uma formação específica e a garantia de profissionais que deverão dar suporte a esse aluno, como o intérprete de libras. Porém, muitas vezes, o intérprete faz às vezes do professor, e o aluno com deficiência auditiva passa a ser aluno não do professor, mas do intérprete. É preciso também garantir que o aluno surdo sente em carteiras mais próximas ao professor, fazendo com que ele tenha uma melhor receptividade do que está sendo abordado.

Os desafios apontados na formação docente e aqueles referentes ao cotidiano da sala de aula se apresentam como condições essenciais para o desenvolvimento do aluno com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de exclusão a que as pessoas com deficiência foram submetidas, passando pela segregação em instituições especializadas, podemos dizer que a educação das pessoas com deficiência vivenciou consideráveis avanços. Tais avanços podem ser verificados principalmente na oferta de educação no ensino regular para todos os alunos, na garantia de profissionais específicos para atuar na sala de aula e em materiais que favorecem o processo educativo. Outro ponto diz respeito à alguns avanços na formação profissional dos professores, mesmo ainda limitada, porém já evoluiu na oferta da mesma. No entanto, é importante frisar que ainda temos muito a melhorar em todas as questões. As próprias instituições, em sua maioria, não possuem um ambiente adequado para receber esses estudantes, dificultando o processo de inclusão dos alunos com deficiência. Outro ponto refere-se à formação inicial e continuada dos professores, pois os desafios ainda permanecem, uma vez que a formação se restringe a algumas disciplinas isoladas e a cursos descontextualizados, sendo que estes são buscados, em sua maioria, por iniciativa dos próprios docentes.

Diante dessas problemáticas julgamos necessário que se pense na educação inclusiva como um direito a ser efetivado, entendendo que ainda temos um longo caminho a trilhar. É preciso que as escolas se adequem as novas demandas existentes no

contexto atual, de maneira que houvesse toda uma readaptação na estrutura física das mesmas e um maior respeito às diferenças, considerando as necessidades individuais de seus alunos. Quanto à formação inicial, as universidades necessitam implementar novos conceitos e disciplinas, visando uma formação mais abrangente no que se refere à educação como um todo. Também se faz necessário que essa formação tenha continuidade e que seja ofertada a todos os professores.

Não negamos os avanços alcançados, porém é notório que haja novas mudanças na educação, entendendo que esta é direito de todos.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. **Inclusão e pratica docente no ensino superior**. Revista educação especial. n. 27, p. 93-99. Santa Maria 2006

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. (1985). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. Editora Scipione, 1989.

_____. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. 2015.

MAZZOTTA, Marcos J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. Cortez Editora, 1995.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideau**. n. 12, v. 5, jul-dez 2010. Disponível em: <
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjM0Ka79u3NAhUKkZAKHT9cCdEQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ideau.com.br%2Fgetulio%2Frestrito%2Fupload%2Frevistasartigos%2F168_1.pdf&usq=AFQjCNHWmlA3pVUueh6-5-vkQX7q3hftCg&sig2=GSXIRUlwzsM5nV-ViSO8wQ> Acesso em: 13 set. 2018.

SILVA, M. do R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. 54 p. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NASCIMENTO, V.; BEZERRA, T. C. Professor bilíngue de surdos para os anos iniciais do ensino fundamental: de que formação estamos falando?. In: ALBRES, Neiva

de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan. **Libras em estudo:** Formação de Profissionais. São Paulo: Feneis, 2014. cap. 2, p. 45-62.